

Moçambique explica em Portugal

“milagre” da sobrevivência

O Jornal

7/10/63

«Vamos explicar Moçambique em Portugal» — diz a «O Jornal» um dos membros do Governo moçambicano que integra a comitiva do presidente Samora Machel, que hoje, sexta-feira, chega a Lisboa. Explicar Moçambique: explicar o «milagre» da sobrevivência de um grande país acossado por graves dificuldades; explicar o que os ocidentais não percebem; explicar também que, finalmente, Washington compreendeu o que são e querem os moçambicanos e que a cooperação com os EUA está a aumentar significativamente.

Samora Machel vem à Europa, e em particular a Portugal (a estada mais longa do périplo europeu), com a mais importante delegação governamental de Moçambique.

O predomínio das pastas dos Assuntos Económicos, das Finanças e do Governo do Banco de Moçambique, entre os membros do Executivo moçambicano que vêm a Lisboa com o presidente Samora Machel, dá conta das preocupações vitais — a parte visitante nas conversações com as autoridades portuguesas.

RNM, pena de morte, castigos corporais

Para lá da cooperação económica e financeira, Moçambique traz, também, e de novo, a Portugal, a preocupação pela defesa da sua integridade territorial: matar a fome aos moçambicanos e melhorar a capacidade defensiva e militar — eis as duas grandes preocupações das autoridades de Maputo.

No entanto, a cooperação económica e militar, bem como os financiamentos de Portugal em Moçambique não serão discutidos em Lisboa com muito pormenor. Samora Machel e o seu Governo estão mais interessados, neste momento, que os portugueses compreendam com quem estão a cooperar, que o Presidente Eanes e o Executivo de Mário Soares percebam alguns problemas e atitudes de Moçambique que os ocidentais vêm, geralmente, com outros olhos: por exemplo, a «Resistência Nacional Moçambicana», a pena de morte, os castigos corporais públicos, a «Operação Produção».

Dizer-se que mais de 70 pessoas foram fuziladas em Moçambique (relatório da Amnistia Internacional) desde 1979, a maioria por «crimes políticos», choca a velha Europa. O que Moçambique explica é que essas 70 pessoas foram, materialmente, responsáveis pela morte de muitos moçambicanos e que o avanço da autodenominada Resistência Nacional Moçambicana só pode ser sustido, por medidas «drásticas» como a pena de morte para crimes graves contra a segurança do Estado.

Relatos e relatórios sobre as atrocidades da RNM em províncias como Inhambane, Sofala, Manica, Zambezia e Nampula poderão ser entregues às autoridades portuguesas: a realidade dos factos — observados e descritos pelo repórter de «O Jornal» noutro local desta edição — é bem diferente da «realidade» da «censura» por que a RNM diz lutar, a quem a quer ouvir em Portugal.

O choque das chicotadas

Com a linguagem directa e

desassombrada que o caracteriza — e que tem vindo a influenciar muitos ministros e governadores provinciais moçambicanos — Samora Machel prepara-se para fazer, em Portugal, muitas perguntas sobre os portugueses e para responder a questões pontuais sobre Moçambique.

Porquê as chicotadas em público, os castigos corporais? Desde Maio do corrente ano que a justiça moçambicana recuperou uma prática tradicional que foi «le» no antigo império de Gaza (território correspondente à actual província moçambicana de Gaza).

Diz-nos o ministro da Informação e secretário do Comité Central da FRELIMO, José Luís Cabaco: «Compreendo e até acho correcto que um ocidental se choque com o castigo das chicotadas, pois o seu código de valores é bem diferente do nosso. Mas: o que é de desconfiar é que um europeu «condorde» com esta prática...»

A prática das chicotadas em público como castigo judicial é retomada pela necessidade de adaptar a justiça e o comportamento social dos cidadãos à realidade moçambicana.

«Até há bem pouco tempo — diz-nos o ministro José Luís Cabaco — éramos regulados pelo Código Penal marcelista. O que acontecia era o seguinte: prendia-se um indivíduo, por roubo, violação, especulação, o homem passava uma temporada na prisão, dormia e comia, e, socialmente, a pena não surtia qualquer efeito: saído da prisão o indivíduo chegava a gabar-se de lá ter estado...»

Diminuição da criminalidade

As chicotadas em público comportam, para o cidadão castigado, o peso da «vergonha» social, mais do que a dureza das agressões corporais.

As chicotadas são dadas em público, perante a população e representantes ou membros do Governo e da Justiça: o recu é detido num palanque, de barriga para baixo: o executor da pena desfere, depois, as chicotadas com uma espécie de cacete flexível, mas só na parte inferior do corpo do cidadão punido.

Entre 15 e 20 chicotadas é a média mais usual das penas por especulação e candomba, as quais podem ser acompanhadas, também, de prisão, multa, ou internamento em campos de reeducação (para casos mais graves, de roubo, violação e prostituição).

A prática dos castigos corporais em público, bem como a evacuação de vagabundos, desempregados e improditivos das grandes cidades para as zonas rurais — em especial para a província de Niassa — está a



Crianças numa creche. Washington compreendeu o «milagre» moçambicano

ter, para já, importantes consequências a nível da diminuição da criminalidade dos meios urbanos.

Em Maputo anda-se à vontade pelas ruas a qualquer hora do dia ou da noite. Também dificilmente um estrangeiro é abordado por um moçambicano para troca de divisas em «mercado negro» e mais dificilmente se dá cobertura a corrupção, apesar da candomba não ter sido, ainda, irradicada do quotidiano de Moçambique.

«Operação Produção»: uma medida «drástica»

A «Operação Produção» foi,

Para os ocidentais torna-se chocante que um homem de Maputo, no Sul de Moçambique, seja apanhado pela «Operação Produção», por não ter o cartão de trabalho ou a identificação, e tenha de abandonar a família, sendo «deportado» para o Norte, a alguns milhares de quilómetros de distância.

Acabar com o tribalismo e o regionalismo

No entanto, as autoridades moçambicanas asseguram que esta movimentação interna, para lá dos objectivos directos de aumento da produção em zo-

está a «ocidentalizar», mas o Ocidente que se está a «moçambicanizar» — declara a «O Jornal» o ministro da Informação e secretário do Comité Central da FRELIMO.

Os moçambicanos têm hoje, efectivamente muito melhores relações com países ocidentais do que tinham há poucos anos atrás. No entanto, um indesejável orgulho pela independência nacional, pelo não-alinhamento, pelo nacionalismo e por África leva-os a não admitir oficialmente o que a prática está a demonstrar: Moçambique explica-se ao Ocidente porque a ele se quer abrir.

Os interesses estrangeiros em Moçambique através da imprensa internacional

De 13 jornalistas correspondentes profissionais em Maputo, sete são soviéticos, dois chineses, um da Alemanha Democrática, um brasileiro, um inglês e um português.

Entre os correspondentes soviéticos permanentes em Maputo, três são da agência TASS, dois da televisão, um

da NOVOSTI e outro do «Izvestia».

O correspondente português é a jornalista Manuela Ferreira, da Notícias de Portugal. A ANOP deixou de trabalhar em Moçambique, tendo, no entanto, um contrato de correspondência com a Agência de Informação Moçambicana (AIM).

como as chicotadas, uma medida drástica: Maputo e a Beira, especialmente, mas também Tete e Nampula, tinham cada vez mais gente chegada do campo, em busca de uma vida mais «fácil» e mais aventureira nas cidades. A falta de alimentos degradou a situação. No pior ano económico de sempre para Moçambique (este ano a solução) foi produzir mais e mais — a bem ou a mal.

Na prática, a evacuação para o Norte do País, para aldeias comunais e unidades agrícolas estatais, ou cooperativas de produção, de vagabundos e improditivos das cidades traduz-se, também, num controlo político destes: são vigiados e «enquadrados» pelas células locais da FRELIMO, apesar de circularem livremente nos locais para onde são mudados (alguns fogem).

nas rurais despovoadas, tem importantes consequências políticas.

Diz-nos o ministro José Luís Cabaco: «Politicamente, a «Operação Produção» é a melhor forma prática de acabar com o tribalismo e o regionalismo. Da mistura de gentes, de línguas e costumes, do Sul ao Norte do País, sairá refeçada a unidade nacional.»

Unidade nacional, nacionalismo, africanismo, não-alinhamento activo — eis os vectores principais da política interna e externa de Moçambique que serão explicados em Portugal pela equipa de Samora Machel.

«Ocidente está a «moçambicanizar-se»

«Não é Moçambique que se

hington compreende o «milagre» moçambicano, compreende que Moçambique «apenas» quer ser Moçambique, que os soviéticos não são um «grande perigo» num país tão cioso da sua independência, tão nacionalista, tão africanista (opõem em que os comunistas ocidentais e de Leste não se sentem, manifestamente, à vontade).

EUA referem-se à «desestabilização de Pretória»

No início deste ano, no seu «African Report», o Departamento de Estado norte-americano refere-se, pela primeira vez, à «desestabilização da África do Sul na África Austral e, a partir daí, o termo «desestabilização», aplicado ao regime do «apartheid», é utilizado em notícias e reportagens nas revistas «The Economist» e «Newsweek».

No duro percurso de construção nacional a desestabilização da África do Sul surge, para Moçambique, como mais um grande obstáculo ao desenvolvimento económico do país: mais uma etapa que tem de ser vencida com o sacrifício do povo.

«A África do Sul é o nosso inimigo estratégico» — diz-nos José Luís Cabaco —; os bandos armados (RNM) o inimigo tático. O mais perigoso é o estratégico. Pode haver guerra a todo o momento.»

Destruição de alvos económicos

Apesar de mais perigoso, o inimigo estratégico África do Sul mantém relações comerciais com Moçambique e o seu peso económico faz-se sentir nas províncias de Maputo e Gaza, atravessadas de vias de comunicação que ligam Joanesburgo, Pretória, o Transval, o Natal, ao mar.

Enquanto isto, o inimigo tático, a «Resistência Nacional Moçambicana», destrói, no centro do país, centros de produção, alvos económicos e civis, vias de acesso do Zimbabwe para o mar, aldeias comunais, unidades agrícolas.

E depois damos connosco a perguntar: mas como é possível? Moçambique tem três mil e quinhentos quilómetros de costa e onde está o peixe? Tem bananeiras e onde estão as bananas? Tem excelentes pastagens para o gado e onde está a carne e o leite? Tem terreno fértil e onde estão as culturas?

Têm sido várias as etapas de sobrevivência de Moçambique e cada uma tem sido muito difícil de ultrapassar. Uma mais do que outras apenas será ultrapassada a longo prazo.

Eis as principais adversidades que explicam, ao mesmo tempo, o estado actual de carências do país e a força heróica do povo moçambicano em lhes resistir, sem desfalecimentos, com a alegria de povo independente:

— A estrutura económica herdada do colonialismo (basta olhar para o mapa de vias de comunicação de Moçambique para se constatar que Moçambique colonial vivia em função da dependência da Rodésia e da África do Sul);

— De 120 mil mineiros moçambicanos que trabalhavam na África do Sul (minas de ouro), apenas 40 mil mantêm os empregos, em consequência das restrições sul-africanas à emigração moçambicana. Como dar emprego aos restantes 80 mil mineiros?;

— Portugal capitalizou, em proveito da então Metrópole, o



Jacinto Veloso. O «apelo» dos brancos na hierarquia do Frelimo

E os resultados estão já à vista, válidos até para as conversações com as autoridades moçambicanas ao manter agora em Portugal: os Estados Unidos aumentam, em grande escala, neste momento, a cooperação com Moçambique; optam por uma forma inteligente de costurar na África Austral.

Washington compreende o «milagre»

Quando os americanos perguntaram, recentemente, aos moçambicanos como estes tinham sobrevivido nos últimos anos, Moçambique respondeu: com o apoio da União Soviética, que fornece cereais, armamento e automóveis.

A frontalidade e o desassombro dos moçambicanos deu-nos os americanos: Waz-



Uma esplanada só com água
Sacrifício e privações do povo moçambicano

José Luís Cabaço:

“A Frelimo não tem uma direcção monolítica”

São conhecidas divergências importantes entre o presidente Samora Machel e o ministro da Defesa, Armando Guebuza, quanto a aspectos de segurança e de cooperação militar.

Armando Guebuza, juntamente com o actual governador da província de Niassa, Sérgio Vieira — ambos militares —, têm sido vistos pela imprensa estrangeira em Moçambique como os homens da chamada «linha dura» da Frelimo.

Existem mesmo «linhas» na Frelimo? — perguntámos ao ministro da Informação e secretário do Comité Central do partido, em conversa informal.

«A Frelimo não tem uma direcção monolítica — diz José Luís Cabaço. — A maioria dos dirigentes tomou já decisões individuais, algumas, até, passíveis de serem erradas. Mas isso não quer dizer que haja ‘linhas’,

como expressão de tendências organizadas.»

Em geral, os jornalistas estrangeiros costumam apontar na Frelimo uma «sensibilidade» mais nacionalista-africanista (Samora Machel, Joaquim Chissano) e outra dita pró-soviética (Armando Guebuza, Sérgio Vieira).

No entanto, por mais rótulos que possam pôr às personalidades mais fortes da Frelimo, subsistem contradições na definição dessas «linhas», ou «sensibilidades». Por exemplo, Sérgio Vieira, que muitos dizem ser pró-soviético, pareceu-nos (ler entrevista a «O Jornal» neste suplemento), pelo discurso, muito mais pró-Ho Chi Min / maolista.

E é conveniente, também, não esquecermos o peso, na Frelimo e no governo, dos dirigentes brancos, homens na sua maioria com formação técnica ocidental: ho-



José Luís Cabaço
«A maioria dos dirigentes tomou já decisões individuais»

mesa como Jacinto Veloso (na prática, o número dois da hierarquia de governo — mi-

nistro na presidência para os Assuntos Económicos), Rui Baltasar (ministro das Finanças, licenciado em Coimbra), José Luís Cabaço (ministro da Informação).

«A Frelimo não tem uma direcção monolítica.» A afirmação pôde ser constatada pelo repórter de «O Jornal» durante um mês e meio de permanência em Moçambique: dirigentes e membros do governo discutem muito, defendendo opiniões muitas vezes pessoais. Mas há uma estranha amizade entre todos. E uma notável capacidade de crítica e de autocritica.

Por isso, como partido único, a Frelimo tem muito pouco a ver com os partidos únicos do Leste europeu e, nomeadamente, tem muito pouco a ver com o Partido Comunista Português, que parece continuar a não perceber muito bem o que se passa em Moçambique.

lucro do ouro pago aos mineiros moçambicanos (eram pagos em ouro no tempo colonial e os lucros da sua valorização foram para o Banco de Portugal);

— As agressões do então regime de Ian Smith a Moçambique e as sanções à Rodésia; 580 milhões de contos de prejuízo directo para Moçambique (sem contar com o prejuízo indirecto: por exemplo, as mercadorias que os camiões incendiados e as estradas minadas não transportavam e deixaram de transportar);

— Guerra não declarada da África do Sul (tentativa crescente de Moçambique de diminuir a dependência económica da África do Sul — menos divisas da África do Sul);

— Inundações do Zambeze e do Limpopo;

— Seca desde 1979 (a maior do século);

— Ataques da autodenominada Resistência Nacional Moçambicana (destruição de aivos económicos e civis e de vias de comunicação, morte e rapto de cidadãos).

Política económica espartana

Face a este panorama de sacrifícios e privações (há realmente fome em Moçambique),

parece um «milagre» a sobrevivência de Moçambique. Mas o «milagre» moçambicano não é mais que a aplicação prática de uma política económica espartana, baseada na contenção de importações, no aumento de exportações, na manutenção de um saldo positivo de divisas e na estabilidade de preços internos.

Aparentemente, não há inflação em Moçambique, mas

o facto é que o dinheiro acaba por não circular, por inexistência de bens para compra. Quase toda a actividade económica tem em vista a exportação.

São produtos estratégicos para exportação: amêndoa e óleo de caju; açúcar e melão; camarão; algodão; madeiras; chá; cimento e clinker; carvão de coque e carvão de queima; minérios de tântalo; bagaço; citrinos; sisal; pneus; têxteis.

«Acumular riqueza sem exploração capitalista»

Destes produtos apenas uma pequena parte de alguns fica em Moçambique, para consumo interno: os moçambicanos sacrificam-se, investindo no futuro. Como diz o ministro José Luís Cabaço, «trata-se de acumular riqueza sem ser pela via da exploração do trabalhador pelo capitalismo».

Acumular riqueza sem exploração capitalista é a base de entendimento e de trabalho com todos os países do mundo que desejem cooperar com Moçambique. Portugal sabe-o, mas nunca é de mais os moçambicanos dizerem, em Lisboa, que até os americanos já compreenderam as condições do contrato.

Governo não faz em «imperialismo norte-americano»

Ciosamente, e ao contrário da posição das autoridades de Angola, o termo «imperialismo» directamente associado aos Estados Unidos da América foi abolida na linguagem oficial do Governo moçambicano, apesar de, uma ou outra vez, em programas de doutrinação e de esclarecimento político, a Rádio Moçambique ainda insistir na expressão «imperialismo norte-americano».

Explica-nos o ministro da Informação e secretário do Comité Central da FRELIMO: «Para nós e imperialismo não tem pátria; é antes uma prática, um processo. Acontece que essa prática é conduzida pelas multinacionais, cuja maioria, por agora, está sediada nos Estados Unidos da América. Mas temos o cuidado de não confundir as coisas: nos nossos documentos do partido e do governo, nas nossas posições oficiais, não identificamos impe-

rialismo com Estado Unidos da América.»

«Deixem-nos viver a nossa vida»

Apesar da solidariedade óbvia com os países socialistas e, nomeadamente, com os países do Leste europeu, o Governo marxista-leninista de Moçambique assume uma prática efectivamente não-alinhada em termos de segurança e paz mundial.

Comentado de forma positiva em meios diplomáticos da Maputo tem sido o tratamento objectivo e imparcial com que a Informação moçambicana tem noticiado o caso do avião sul-coreano abatido por caças soviéticos.

Diz-nos Prakash Ratilal, governador do Banco de Moçambique, a bordo do confortável DC-10 das Linhas Aéreas de Moçambique, voando para Paris, de onde seguiria para Washington, em vésperas de voltar a Portugal com o presidente Samora Machel:

«Perguntaram-nos se queríamos tomar posição por causa do avião abatido. Não temos nada a ver com o caso: uns dizem que a culpa é dos outros, e vice-versa. Que é que podemos fazer? Deixem-nos viver a nossa vida. O nosso problema é a África do Sul.»



Uma fábrica têxtil
«Acumular riqueza sem exploração capitalista»